



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MYLENE MARIA FERREIRA DOS SANTOS

**A complexidade teórica presente no debate a respeito do caráter científico da psicanálise.**

MACEIÓ-AL  
2024

MYLENE MARIA FERREIRA DOS SANTOS

**A complexidade teórica presente no debate a respeito do caráter científico da psicanálise.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros Gewehr.

MACEIÓ-AL  
2024

## RESUMO

O debate da definição da psicanálise como uma pseudociência implica em raízes profundas sob o terreno dessa caracterização. Por isso, objetivou-se tentar demonstrar a complexidade envolvida na construção e utilização de classificações tanto da ciência quanto da pseudociência - baseada nas considerações epistemológicas - frente ao questionamento do caráter científico da elaboração teórica de Freud. Para tal, explora-se, brevemente, as contribuições dos fundamentos epistemológicos e da investigação da filosofia da ciência.

**Palavras-chaves: Psicanálise; Ciência; Pseudociência; Epistemologia; Filosofia da ciência.**

## ABSTRACT

The debate over the definition of psychoanalysis as a pseudoscience implies deep roots beneath the terrain of this characterization. Therefore, the objective was to try to demonstrate the complexity involved in the construction and use of classifications of both science and pseudoscience - based on epistemological considerations - in the face of questioning the scientific character of Freud's theoretical elaboration. To this end, the contributions of the epistemological foundations and research of the philosophy of science are briefly explored.

**Keywords:** Psychoanalysis; Science; Pseudoscience; Epistemology; Philosophy of science.

## INTRODUÇÃO

O interesse pela ciência é partilhado por muitas pessoas, seja em conhecê-la ou em fazê-la, e, indubitavelmente, ela ocupa um local de prestígio social, atraindo notoriedade para as afirmações supostamente evidentes, que conferem segurança e estabilidade. A ciência é famosa! Quem não desejaria ser intitulado de cientista ou ouvir da boca de outras pessoas que as suas hipóteses têm respaldo científico? Contudo, a popularidade é uma consequência, e não um critério de qualificação científica. Na realidade, a sua definição não aparenta simplicidade como supõe a nossa intuição. Por isso, as conjecturas do senso comum juntamente das considerações de outras áreas do saber que fazem uso do nome da ciência são questionadas, no intuito de indicar quais de fato se encaixam sob tal nomeação e quais a aparentam.

O interesse em alocar teorias de acordo com o grau de cientificidade conduz a interrogações a respeito das que se afastam de qualquer nível de evidência, e que demonstram apenas uma mera pretensão. Sendo assim, as noções de pseudociência partem do referencial presente em sua denominação, vulgo a ciência, que criticam a suposta adequação à ciência de determinadas proposições.

De acordo com isso, o debate em torno da cientificidade da psicanálise ganhou destaque aqui no Brasil com a publicação do livro “Que Bobagem” da microbiologista Natalia Pasternak e do jornalista Carlos Orsi, mas tal destaque não foi visto como positivo para muitos leitores, sobretudo para os psicanalistas. Os autores são diretos na caracterização da Psicanálise enquanto uma pseudociência cuja afirmação foi defendida por eles antes mesmo da publicação do livro, o qual se propaga como uma obra de divulgação científica. Para além do conteúdo discutido, o que o livro coloca em questão é o próprio caráter científico legitimado por algumas teorias e práticas, incluindo a suposta cientificidade da psicanálise.

O semblante científico de certas hipóteses é o alvo de Pasternak e Orsi na seguinte definição atribuída à pseudociência “(...) um sistema de crenças que busca para si o mesmo prestígio e valor devidos às ciências legítimas, mas sem merecê-los” (2023, p. 180). Uma definição simples para uma questão complexa, no seu sentido literal, a qual comporta várias camadas, sobretudo epistemológicas. Também, pensar na pseudociência implica em pressupor o que é ciência, e o máximo que conseguimos retirar da definição acima é que as ciências legítimas

merecem o prestígio devido. O que isso quer dizer? Basicamente, nada. Uma definição da ciência como essa reduz a complexidade da questão, nem pontua os pressupostos epistemológicos na justificação do conhecimento aludido pelo método científico, em que “uma demarcação de ciência/pseudociência com suficiente generalidade tem de ser baseada em critérios epistemológicos gerais” (Hansson, S. O, 2013, online).

Destaca-se os pressupostos do que se concebe por “ciências legítimas”. O que confere legitimidade aqui? A princípio, uma postura baseada em evidências. No contexto clínico, uma intervenção de uma prática baseada em evidências, na qual a psicanálise passa à margem, sobretudo a sua noção de inconsciente que supostamente “(...) é insustentável tanto do ponto de vista lógico quanto da evidência empírica (...)” (Pasternak, N; Orsi, C. 2023, p. 182). Não sabemos se essa posição é negativa ou positiva.

Atualmente, um dos cenários da ciência está sendo representado pela PBE (Prática Baseada em Evidências), cujo alcance vai desde a saúde até a pedagogia. Inicialmente, foi pensada a partir da medicina na década de 90 e se proliferou para outras áreas (Guyatt et al., 1992 apud Leonard, J. L et al., 2023), apresentando um paradigma científico já conhecido pelos pesquisadores e estudiosos da história da ciência, como o controle empírico. Na Psicologia, o foco se direciona para as intervenções psicoterapêuticas e aos seus fundamentos teóricos atestados por um rigor metodológico, que necessita do controle de variáveis. Assim, desenvolvimento desse modelo, gostemos ou não, traz à tona o horizonte teórico e técnico da Psicologia no que diz respeito às suas diversas abordagens clínicas, colocando em questão a possibilidade de serem consideradas eficazes, eficientes e efetivas. Mais um crivo pragmático dessa ordem científica.

Também, para engendrar determinados critérios de elegibilidade no campo científico é necessário traçar uma linha direta com a epistemologia que os fundamenta, no sentido de produzir um conhecimento justificado. Por isso, existem precedentes no carimbo científico, ou seja, há um fio condutor nas inferências amparadas pela ciência. Tal fio é explorado por aqueles versados no campo da epistemologia, em que “parece-nos que o epistemólogo — que nisso difere do historiador — deve destacar, entre todos os conhecimentos de uma época, as idéias fecundas” (Bachelard, G, 2005, p. 11), ou seja, faz-se importante questionar a fecundidade do conhecimento produzido por determinadas conjecturas.

Nesse mesmo sentido, a fundamentação das chamadas pseudociências deriva da mesma raiz do conhecimento científico porque aquelas existem em função deste. Ambos exigem o mesmo rigor teórico nas suas definições, apesar da pseudociência ser utilizada por alguns como um mero termo pejorativo para desqualificar outras teorias; aliás, muitos até a equiparam com áreas do saber ditas não científicas, como se toda investigação da comunidade acadêmica, e fora dela, que não se subordinar aos moldes científicos é passível de ser rotulada de pseudociência. Existe um valor implicado neste raciocínio, e o uso de termos como digno e merecedor dirigidos a certas práticas clínicas é um dos componentes simbólicos de discursos que tentam emitir um dado juízo.

No entanto, o embate entre ciência e pseudociência não acaba aí. A mesma preocupação atrelada aos critérios de qualificação científica deve ser considerada no âmbito das pseudociências, para, entre outras coisas, não tornar os objetos em meros espantalhos. Sendo assim, os impasses iniciais se colocam diante da opacidade de determinadas definições que, ao pensar no rigor metodológico, esquecem da fundamentação teórica, pois “(...) a metodologia e o tipo de conhecimento que devem determinar se uma disciplina é científica (...)” (Hansson, S. O, 2013, online), um tipo de conhecimento que não é secundário nessa equação.

Dessa maneira, tendo a psicanálise como alvo dos classificadores das pseudociências, faz-se importante questionar a própria classificação utilizada para questionar o tipo de conhecimento produzido e, por sua vez, o próprio conhecimento. Portanto, o foco do presente ensaio não é a tentativa de demonstrar como a psicanálise não se encaixa no que tentam imputar-lhe, e sim se apossar do construto teórico produzido sob a denominação científica e as consequências desta em alusão ao contexto psicanalítico. Sendo assim, a atividade científica - implicada na busca por “evidências”, como no caso da PBE - pode ditar as regras do jogo e, por isso, buscaremos compreender também o uso da demarcação relacionada ao questionamento do caráter científico da teoria freudiana.

Para atingir tal objetivo, o presente ensaio se baseia nas considerações do filósofo Theodor Adorno (2003) sobre a produção ensaística, pois as suas considerações se afastam de qualquer pensamento dogmático na escrita de uma temática. A forma não precisa ser rígida, mas também não é arbitrária quanto ao rigor no encadeamento das ideias do autor ou da autora. Privilegia-se, assim, o livre pensar, cuja liberdade foi o interesse do texto aqui exposto.

## **POR QUE A PSICANÁLISE?**

As críticas dedicadas à psicanálise não são novidades, mas no Brasil eram menos conhecidas pela população; eram, no passado, porque atualmente a análise do suposto caráter científico da psicanálise foi realçada, atraindo a atenção de diversas pessoas, não somente dos envolvidos na temática. O motivo para tal visibilidade merece a mesma atenção, embora aqui não se detenha a esmiuçar com detalhe os diversos aspectos subjacentes.

O ano de 2023 foi bastante movimentado nesse sentido, principalmente com a publicação do livro de Pasternak e Orsi, cuja repercussão se expandiu para o Youtube e o Instagram. Algumas pessoas que fazem parte do público contente com os assuntos expostos na obra ficaram satisfeitas com o fato de ela representar um movimento de crítica à psicanálise, especificamente uma crítica simplificada para os leigos.

Nos Estados Unidos, “embora ainda seja praticada, a psicanálise não é uma forma de terapia respeitada, em razão de suas fragilidades inerentes” (Vyse, S, 2020); ela se apresenta como algo obsoleto e ineficiente para o sistema de saúde privado deste país, onde os planos de saúde descartam o tratamento analítico. Na mesma nação, o atual cenário reflete preocupações de anos atrás, onde a partir de 1952 realizou-se várias pesquisas para avaliar a eficácia da psicanálise e das psicoterapias. (Roudinesco, E, 1999). A referenciada psicanalista Elisabeth Roudinesco (1999) aponta a incompatibilidade entre esse princípio experimental e a situação do tratamento.

Independentemente das objeções de muitos psicanalistas, a mesma lógica está tentando ser inserida no Brasil; inclusive uma das preocupações de Pasternak e Orsi se atrela aos recursos públicos direcionados ao custeio do SUS para com práticas baseadas no aporte teórico da psicanálise. No mínimo, a consequência buscada para as reflexões da natureza científica da psicanálise é esta. Mas, no contexto da Psicologia, por que apenas a Psicanálise? Alguns psicanalistas já discordariam da própria questão colocada ao defender uma distinção entre a Psicologia e a Psicanálise. Contudo, muitos dos seus detratores a encaram como mais uma das variadas abordagens psicológicas. Partamos deles, então.

No contexto da Psicologia, os interessados pela PBE baseiam a sua prática no tripé constituinte deste modelo de tomada de decisão clínica: perícia clínica, contexto das características, cultura e preferências do paciente e, por fim, a melhor evidência disponível (Leonard, J. L et al., 2023). Esta última firmou os seus praticantes nos melhores trabalhos produzidos na literatura científica em termos de qualidade metodológica, e, provavelmente, tornou-se o pé de maior sustentação nesse conjunto. Tal elemento, para os seus praticantes, é o que diferencia e marca a “postura científica” dos psicólogos que a usam nas suas intervenções clínicas em relação aos demais que estão preocupados com enunciados teóricos. Dessa forma, implica-se um certo tipo de demarcação a fim de afastar práticas duvidosas, entre elas se encontra a Psicanálise.

A referência atual de críticas à psicanálise pode ser encontrada por meio dos praticantes da PBE, mas os críticos ferrenhos e tradicionais levantaram suas argumentações contrárias por volta da segunda metade do século XX, em que muitos deles podem ser encontrados nos textos enraizados na filosofia da ciência, os quais se tornaram velhos conhecidos da psicanálise, como Karl Popper e Adolf Grunbaum. Inclusive, eles estão sendo retomados no debate, o que configura um ponto positivo para popularizar mais um ramo importante da filosofia. Entretanto, a existência de referências críticas à ausência de cientificidade não são orientadas, ou não são popularizadas, contra as elaborações de outras abordagens psicológicas, os debates tendem a priorizar as objeções à psicanálise; mas o modelo manifesto das críticas poderia ser aludido em outros contextos porque, nesses parâmetros, a psicanálise não é a única que não se “encaixa”. Por que as ditas psicologia humanista e psicologia existencial não são mencionadas dentro das linhas que se distanciam dos pressupostos da ciência?

Ademais, atualmente, irrompe-se divulgadores científicos que também são os seus fazedores, e a PBE se beneficia bastante da propaganda deles. O intuito é desmistificar certos pressupostos do senso comum, e, principalmente, popularizar o conhecimento científico. Eles também se dedicam a apontar falhas em empreendimentos de áreas distintas das deles, usando um único molde da classificação das chamadas pseudociências para divulgar - além do que é considerado válido cientificamente - o que carece de confiabilidade metodológica, evitando desperdiçar tempo e dinheiro. Geralmente, em discussões como essa a psicanálise é bastante citada de maneira negativa.

Mas, seria de fato possível os achados freudianos se afastarem do paradigma científico? O caminho desse modelo se envereda pelo método empírico, cuja base é a observação da realidade externa, tal como foi ratificado pelo filósofo Francis Bacon, para o qual:

nosso pensamento é dominado por determinadas concepções que nos levam ao erro e das quais precisamos nos libertar se quisermos avançar no conhecimento, através da observação da natureza e da experimentação” (Marcondes, D, 2016, p. 51).

A observação e a experimentação são a base do empirismo moderno, em que vigora a episteme do pensamento científico. As ciências empíricas estão organizadas em uma estrutura que demanda um certo acúmulo de fatos observados para produzir uma dada teoria, emergindo-se um raciocínio indutivo que “(...) nos leva de uma lista finita de afirmações singulares para a justificação de uma afirmação universal, levando-nos do particular para o todo (...)” (Chalmers, A. F, 1993, p. 26).

O destaque da observação na análise da realidade permite estabelecer uma relação de semelhança com a forma como Freud arquitetou as premissas psicanalíticas. Ele empreendeu uma investigação a partir das suas experiências oriundas da observação da fala de pacientes neuróticos, e não se distanciou do raciocínio indutivo no seu método investigativo empregado para conhecer o inconsciente, conceito basilar da psicanálise. O inconsciente pode ser inferido a partir de elementos observados, como lapsos, chistes, ato falho e os sonhos, mesmo sem atestar qualquer tipo de materialidade. As acusações de não evidenciar o fenômeno do inconsciente em si não o invalida, e não é o principal fator de interesse dos analistas em relação à psicanálise, pois “também os analistas se recusam a dizer o que é o inconsciente, contudo podem indicar o domínio de fenômenos cuja observação os obrigou a presumir sua existência” (Freud, S, 1925, p. 269). Nesse mesmo sentido, “na psicanálise veio a configurar-se, a partir de um grande número de observações individuais e impressões, algo como uma teoria, que agora se conhece pelo nome de teoria da libido” (Freud, S, 1917, p. 180); outro caminho fundamental para consolidar Freud como uma referência no campo da sexualidade.

Sabemos que o ensejo das elaborações teóricas de Freud foi a própria clínica, os seus casos clínicos no geral. Assim, no empreendimento dele a observação também esteve presente em suas lentes. Contudo, para muitos dos seus opositores, o relato de casos clínicos se encontra na base da pirâmide de evidências científicas, tornando-se um embasamento fraco. Assim, mesmo Freud partindo do relato dos

seus pacientes - sem buscar enquadrá-los nos seus achados teóricos - os efeitos são considerados imprecisos e imbuídos dos chamados vieses cognitivos. Esses são alguns dos elementos apontados como justificativas do afastamento da psicanálise em relação à ciência, no mínimo.

Não obstante, os princípios indutivistas convergem com a investigação de Freud, sustentando o seu projeto - mesmo sob a acusação de ser indiretamente. As consequências diretas da tentativa de encaixar a psicanálise nas considerações da ciência podem ser contestadas, mas é indubitável a intenção de cunho científico nas elaborações freudianas.

Apesar disso, algumas considerações levam a encaixar a psicanálise no rol das pseudociências, as quais possuem diferentes critérios em vários pensadores que se valeram justamente da psicanálise para exemplificar as suas designações. Para alguns, o único preço que estão dispostos a pagar para reconhecer a existência da psicanálise é enquanto uma prática afastada dos moldes científicos e declarada como uma falsa ciência. Se tal afastamento for condizente, por conseguinte, é pseudociência?

## **A FILOSOFIA DA CIÊNCIA NO DEBATE**

O pragmatismo da contemporaneidade não é uma novidade e está presente em diversos domínios da realidade, inclusive nos interesses científicos. Mas um elemento tão óbvio não abarca a magnitude da natureza do conhecimento científico, por isso, por si só, torna-se insuficiente para definir a fronteira entre a ciência e a pseudociência. Para tentar entender esse dilema, o filósofo Karl Popper precisa fazer parte do debate - nem que seja para criticá-lo - porque as suas considerações a respeito do “problema da demarcação” chamaram muita atenção da comunidade acadêmica; ele destacou o seu nome no século XX com a nomeação desse problema e, acima de tudo, com a solução proposta. A saída dele vai na contramão das respostas dadas à pergunta o que é ciência, aquelas que se aproximam do que seria uma espécie de irrefutabilidade dos fatos observados na realidade. Ele busca o oposto, nas suas palavras:

não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico (Popper, K, 2013, p. 42).

Tal formulação é quase que contraintuitiva, afinal ter como norte a possibilidade de refutar um conjunto de inferências nos leva a pensar em uma busca por contestação, e não por verificação. O foco dos preceitos popperianos foi justamente esse, emergindo-se, portanto, o modelo do falsificacionismo. Por causa desse critério, a psicanálise foi um dos alvos utilizados por Popper para exemplificar o que é um conjunto de proposições incontestáveis, juntamente da teoria marxista e da psicologia adleriana. Para ele, todas essas práticas têm algo em comum: não são passíveis de se confrontarem com a realidade por serem baseadas em condições teóricas irrefutáveis (Popper, K, 1982). Nesse sentido, a psicanálise poderia explicar qualquer tipo de comportamento humano.

O filósofo recebeu várias críticas por abalar o edifício psicanalítico, mas não foi suficiente para o destruir. Para além das objeções direcionadas à psicanálise, o critério de falseabilidade também foi alvo de críticos, em que “é apenas possível saber que, caso ela seja falseada, é falsa” (Newton-Smith, 2003 apud Ferreira, C, 2021) o que não implica, necessariamente, no descarte da teoria. Apesar disso, Popper instaurou um problema que até hoje intriga as elaborações teóricas dos filósofos da ciência, conhecido como o problema da demarcação cuja nomeação foi cunhada por ele em 1928 (Popper, K, 1982).

O problema da demarcação objetiva diferenciar a natureza científica da não científica, mas não é incomum encontrar na literatura esse problema formulado como a separação entre ciência e pseudociência, tendo na figura Popper um grande representante que transitou entre ambas definições (Carvalho, R. R, 2017). Mesmo sem um consenso, a questão demanda um cuidado na colocação desse problema. Em virtude disso, o filósofo Sven Ove Hansson pontua a problemática envolta da visão reducionista que compreende a demarcação apenas como um meio de sobrepor a ciência:

As expressões “demarcação da ciência” e “demarcação entre a ciência e pseudociência” são normalmente tratadas como sinônimas. Isso reduz a questão da demarcação a uma classificação binária: para cada teoria ou afirmação, temos de determinar se ela é um exemplar de ciência ou um exemplar de pseudociência. Nenhuma outra opção é considerada (Hansson, S. O, 2013, online).

Uma colocação binária nesse sentido abre espaço para um horizonte cientificista. Porém, isso não quer dizer que o problema da demarcação deva ser dispensado, mas sim analisado com cautela, principalmente a sua formulação e os meios de a operacionalizar. Assim, o domínio das definições de pseudociência deve ser rigoroso porque utilizá-la como vexatória minimiza as considerações epistemológicas implicadas, a saber, pode levar ao desprezo da teoria do conhecimento implicada.

O problema da demarcação dispõe questões nas quais a seriedade exigida para definir o que é ciência deve ser a mesma para delimitar os preceitos pseudocientíficos, a fim de não confundi-los com práticas anticiência, nem desqualificar os ramos do saber que não são científicos. Se tais ressalvas não estiverem bem estabelecidas, a demarcação pode ocasionar complicações teóricas.

Toda essa discussão é abrangida pelo cenário da filosofia da ciência, a qual tem como um dos problemas gerais compreender a natureza do método científico e estabelecer os fundamentos da ciência. Tais interesses, obviamente, encontram-se no terreno filosófico, porém demandam certa interdisciplinaridade com historiadores da ciência. Justamente o contato com obras da história da ciência, como as de Alexandre Koyré, grande nome deste ramo, inspirou a concepção do físico e filósofo Thomas Kuhn acerca da história das ideias científicas (Kuhn, T, 2006). Autor de “A estrutura das revoluções científicas”, Kuhn critica, logo no começo da introdução desta obra, a nossa noção deficitária sobre o papel da história nas realizações científicas, pois

Se a história fosse vista como um repositório para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina (Kuhn, T, 2006, p. 19).

Ou seja, a história não ocupa um lugar de passividade nos relatos científicos, inclusive, a ciência não se faz sozinha e nem é atemporal.

Para além de filósofos e historiadores da ciência, poderíamos nos perguntar a respeito da ausência dos próprios cientistas - alinhados com as ciências naturais - nos encontros de mesa-redonda que tanto argumentam sobre os fazeres deles. Onde eles estão? Muitos se enclausuram e nem se preocupam com as interrogações levantadas sobre a presença de rachaduras na sua mansão das certezas, cujo comportamento se encaixa perfeitamente com o que Thomas Kuhn

chama de ciência normal: “atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo” (Kuhn, T, 2006, p. 24).

A certeza não é conhecida por ser uma fiel aliada, e o fundador da psicanálise sabia disso, pois durante o seu percurso altamente produtivo ele abandonou algumas de suas próprias teorias, a saber, as conjecturas de um dualismo pulsional que, originalmente, foi dividido entre pulsão do eu, ou pulsão de autoconservação, e pulsão sexual para ser abandonado posteriormente em prol de um novo dualismo, a pulsão de vida e a pulsão de morte (Freud, S, 2020). A sua teoria da sedução - utilizada para estabelecer uma causalidade dos sintomas neuróticos - também foi descartada. Ademais, ele revisitou algumas vezes os próprios métodos empreendidos nas suas elaborações, resultando no abandono dos métodos hipnótico e catártico.

Por causa disso, Adolf Grünbaum criticou o uso do falsificacionismo para classificar a psicanálise como uma pseudociência, uma vez que ela é possível de ser falseada, pois, para ele, a fim de refutar a teoria psicanalítica, basta encontrar um indivíduo paranoico - valendo-se da explicação de que todo paranoico possui desejos recalcados por pessoas do mesmo sexo - que não apresente qualquer resistência contra se relacionar com alguém do mesmo sexo ; encaixando-a, portanto, nos critérios popperianos (Ferreira, C, 2021). Tal argumentação sustenta as transformações supracitadas das teses fundamentais da psicanálise empreendidas por Freud. Apesar da aparente defesa a favor da psicanálise, Grünbaum não foi um forte simpatizante e propôs outro critério para criticar o fundamento freudiano (Jorge, H. T, 2021).

O próprio Freud pode ser referenciado entre os contribuintes à contestação do falsificacionismo, embora não seja de maneira direta. Defensor ferrenho do empreendimento científico, no seu texto de 1932 intitulado “A questão de uma *weltanschauung*” ele sobrepõe a ciência às demais áreas norteadoras da compreensão humana, como a religião e a filosofia. Buscando defender das críticas às supostas falhas da ciência ele afirma:

Tudo o que ela ensina é provisoriamente verdadeiro: o que hoje é valorizado como a mais alta sabedoria, amanhã será rejeitado e substituído por alguma outra coisa, embora também esta seja apenas uma tentativa. O último erro é, então, qualificado como a verdade. E

é por essa verdade que devemos sacrificar nosso bem máximo (Freud, S, 1996, p. 116)!

Para Popper, falsear um enunciado evidencia a possibilidade de confrontá-lo com a realidade, ou seja, as proposições podem ser submetidas à experiência, porém, no trecho acima, para Freud a validade de uma teoria se encontra na sua substituição, o que em certa medida se aproxima da visão popperiana. A mudança também não é um erro, pois “a ciência, em sua perpétua falta de compleição e insuficiência, é impelida a esperar sua salvação em novas descobertas e novas maneiras de olhar as coisas” (Freud, S, 1976, p. 265).

Sendo assim, a incompletude da ciência é aludida positivamente frente à visão ilusória da religião que tenta apresentar respostas para qualquer aspecto da vida humana. Mais além disso, sua defesa em prol da superioridade da ciência denota uma orientação epistêmica reduzida ao campo da ciência, mais especificamente das ciências naturais, uma vez que para ele “a afinidade entre a psicanálise e as ciências da natureza sempre pareceu evidente e acima de qualquer dúvida” (Simanke, R. T, 2009, p. 225). O debate sobre tal postura não se esgota, e as maiores dúvidas derivam da aplicação das intenções naturalistas de Freud na sua produção teórica.

A própria forma como ele concebe o entendimento do que são as ciências da natureza precisa ser mais debatida, pois elas estão presentes em diversos discursos que a utilizam para blindar qualquer questionamento sobre a precisão de uma teoria, em que a aproximação com as ciências naturais tem como efeito uma justificativa válida. A denominação das ciências naturais sugere uma pluralidade de áreas que atuam sob uma uniformidade, e as especificidades dos campos abrangidos por elas não são mencionadas.

De qualquer forma, o projeto científico de Freud sempre esteve em pauta, principalmente pelo conteúdo das suas elucubrações, a saber, o inconsciente. Apesar das objeções, ele defende que “o intelecto e a mente são objetos de pesquisa científica exatamente da mesma forma como o são as coisas não-humanas” (Freud, S, 1996, p.106), e ainda acrescenta a contribuição da psicanálise na abrangência da pesquisa à área mental. Sendo assim, a busca pela elucidação do aparelho psíquico também demanda estudo e cuidado, os quais, aparentemente, encontram-se no terreno científico.

Por fim, podemos pressupor uma definição da ciência, a partir do recorte das considerações freudianas supracitadas, como a fonte do melhor conhecimento disponível. O estatuto do conhecimento é uma grande preocupação das reflexões filosóficas da epistemologia, as quais fundamentam em certa medida o percurso da filosofia da ciência.

## **EPISTEMOLOGIA OU EPISTEMOLOGIAS**

A ciência possui precedentes calcados em indagações a respeito da realidade, que toma como local de partida pressupostos norteadores, mais precisamente um solo epistêmico. Contudo, os seus elementos constituintes não são óbvios, na verdade, demandam teorizações a respeito da possibilidade de o indivíduo aferir algo e, se sim, como se dá tal processo. O campo filosófico da teoria do conhecimento produz respostas para isso a partir de investigações sobre o próprio ato de conhecer, sobre a viabilidade do conhecimento. Em outras palavras,

“a teoria do conhecimento ou epistemologia é o domínio da filosofia que aborda a questão da natureza (o que é) do conhecimento, das fontes (onde procurá-lo) e da validação (como comprová-lo)” (Oliva, A, 2011, p. 8).

Para além do conteúdo explicativo, o trecho acima ilustra como alguns autores podem abordar a teoria do conhecimento e a epistemologia como equivalentes, sinônimos uma da outra. Outras equivalências são feitas entre a epistemologia e a filosofia da ciência, já que ambas se debruçam a pesquisar a respeito do método científico e a natureza da ciência. Contudo, vale a tentativa de fazermos algumas ressalvas. A área da filosofia da ciência cita na própria denominação o seu objeto, já a teoria do conhecimento é algo anterior e mais amplo no sentido estrito do termo, em que “a reflexão epistemológica costuma principiar com a busca de uma definição de conhecimento” (Oliva, A, 2011, p. 8). Ou seja, antes de qualquer coisa, o campo epistemológico - partimos da concordância entre a epistemologia e a teoria do conhecimento - precisa “fiscalizar” o conhecimento do conhecimento. Mas qual o parâmetro para isso? Trabalhar com a filosofia da ciência como sinônimo poderia responder a esta pergunta: a ciência. Portanto, colocado

dessa forma, a epistemologia é o ramo do conhecimento científico. No entanto, o conhecimento científico é o único existente? O único conhecimento válido seria o científico?

A distinção entre a teoria do conhecimento e a filosofia da ciência evita problemas surgidos pelas perguntas acima. Poderíamos delimitar tal diferenciação ao pensar na filosofia da ciência como uma vertente específica de um tipo de conhecimento. Porém, não descartamos a expressiva relação entre elas, afinal, como afirma o professor Alberto Oliva no questionamento da fonte do conhecimento:

“como uma concepção de método científico se escora numa filosofia da ciência e esta numa teoria do conhecimento, essa pergunta tem dado origem a intermináveis polêmicas que se espraiam da teoria do conhecimento para a filosofia da ciência” (Oliva, A, 2003, p. 8).

A leitura desse trecho permite pressupor uma certa separação não muito fácil de estabelecer limites porque os processos constituintes do conhecimento humano não têm fronteiras. Por isso, as considerações epistêmicas precisam ser uma aliada, tendo em vista as especificidades dos conhecimentos, no plural. Tais particularidades podem servir de modelo, pois “cada área do saber tem parâmetros próprios para avaliar seu objeto e método adequado e os diferentes campos científicos ou paradigmas são incomensuráveis” (Rudge, A, M, 2001, p. 183).

Dessa forma, podemos indagar o uso inadvertido da marca da pseudociência para caracterizar um determinado conhecimento - em suma, a falta de cuidado com a construção de uma definição para a pseudociência. Faz-se importante delimitar o escopo teórico para fundamentar o que se postula como pseudociência, e não utilizá-la como mero sinônimo de pretensão científica. A pseudociência até pode ser considerada uma não ciência, no entanto, nem todo conhecimento não científico se configura como pseudociência. Podemos concordar que o referencial nesta diferenciação é a ciência, e, por isso, as afirmações referentes ao campo pseudocientífico implicam em pressupostos ditos científicos, o que demanda uma definição apropriada da ciência.

Ademais, é curioso pensarmos em como o uso da marca pseudociência não costuma estar presente no meio das ciências humanas. Esta foi uma preocupação do filósofo Sven Ove Hansson (2013) ao pontuar que uma demarcação de pseudociência não deve ser baseada em uma noção de ciência que desconsidera as humanidades. Por esse motivo, ele afirma que para uma área se qualificar como ciência precisa ser uma explicação mais epistemicamente justificada daquela área,

para daí derivar a pseudociência como a tentativa de representar o conhecimento mais confiável sobre seus objetos. Assim, ele indica um sentido mais amplo, englobando o domínio das humanidades, entre as quais a história tem um papel inestimável e de igual comprometimento com as suas observações, senão o que vemos nos livros didáticos sobre a escravidão no Brasil poderia ser facilmente contestado.

Nesse sentido, o termo “epistemicamente justificado” é mais atrativo para validar as áreas que não comportam os parâmetros da ciência natural, e nem tenta tal imitação porque os objetos de estudo demandam outras abordagens metodológicas. Os questionamentos e, especialmente, as respostas elaboradas a partir do que foi exposto acima tem como influência, direta ou indireta, o campo da teoria do conhecimento.

Outro alvo de apontamentos entre os epistemológicos é a distinção entre crença e conhecimento, em que aquela é mais especulativa e este demanda critérios bem fundamentados. Para Paul Boghossian (2012, p. 34) “para uma crença ser considerada conhecimento, ela precisa não só ser justificada: precisa também ser verdadeira.”, além da justificativa, há a verdade, cuja palavra marca também o campo moral, apesar dessa dimensão valorativa não ser o sentido empregado pelo referido autor. No contexto científico, se for possível estabelecer uma relação de causalidade, o método origina o conhecimento, cuja solução para a natureza do conhecimento se encontra na busca de uma justificativa amparada pelos métodos validados pela ciência. Porém, as controvérsias persistem porque a essência do fenômeno vai além do campo metodológico. A base nuclear do debate se encontra na compreensão da realidade, porque as inferências são sustentadas pela dimensão epistemológica, a qual implica uma visão sobre o conhecimento no geral.

Portanto, os modelos formulados para solucionar o problema da demarcação não podem prescindir da posição epistemológica na forma como se classifica a ciência e, também, a pseudociência.

Ademais, a categoria dos ditos cientistas acarreta em alguns questionamentos sobre como aludir à pesquisadores que não se pautam no paradigma científico, sem recorrer às classes de pseudocientistas, negacionistas ou científicistas, as quais acompanham a ciência como o único referencial, seja positivo ou negativo. Já as designações de ciências humanas, ciências sociais e ciências da natureza facilitam a compreensão. Mesmo assim, quando remetemos aos cientistas, imediatamente

pensamos naquele sujeito inserido em laboratórios com ratos presos em labirintos, com o intuito de desbravar a ciência. Neste tipo de raciocínio, não há ciência no plural. Uma possível raiz desse problema seria justamente a visão binária que possuímos a respeito da ciência, como já mencionado por Hansson (2013).

Freud se encontrava no mesmo caminho da intuição do senso comum, a saber, de aderir ao título de cientista como exclusivo aos praticantes de uma única ciência: as ciências naturais. Para ele “(...) a *Naturwissenschaft* passa a ser pura e simplesmente sinônimo de *wissenschaft* (Ciência)” (Japiassu, H, 1989, p. 20), e o que fundamenta essa inserção é o seu amparo epistemológico que pode ser vislumbrado nas definições que ele lança mão, como no caso da libido, em que é

“(...) na utilização do conceito de “energia psíquica” de Freud que aparece com maior nitidez o postulado fisicalista: ele é uma grandeza conservadora (nada se perde e nada se cria) (Japiassu, H, 1989, p. 24).

Além disso, o autor e professor brasileiro Hilton Japiassu defende a fecundidade freudiana que “opta decididamente pelo rigor científico e pelo determinismo causalista, muito embora seja por seus aspectos não-científicos que a psicanálise apresenta seus resultados mais ricos, fecundos, originais e interessantes” (Japiassu, H, 1989, p. 24). Porém, são justamente esses resultados que são contestados à luz da ciência. A transição da teoria psicanalítica entre a arte, a mitologia, a antropologia e outras é descredibilizada pelo paradigma científico, como se tais disciplinas auxiliassem no descrédito das inferências psicanalíticas; supostamente alheias ao estatuto científico e, portanto, dispensáveis à justificação do conhecimento dito científico.

A teoria freudiana não é simplesmente um acúmulo de opinião pessoal; as diversas fontes utilizadas por Freud, mais precisamente os conhecimentos em sua pluralidade agregam toda a estrutura de raciocínio da Psicanálise, cuja configuração não deveria ser reduzida à questão de ser ou não ciência. Além disso, os seus caminhos epistemológicos são paralelos à ciência natural, apesar de não se fundamentarem exclusivamente nesta. Invariavelmente, tal flexibilidade não exclui o seu correspondente epistêmico naturalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Freud estava inserido em um contexto científico e, por isso, buscou introduzir a sua descoberta dentro desse paradigma, detendo-se em certos momentos a refletir sobre o desenvolvimento científico. Não há dúvidas a respeito do seu papel como divulgador da ciência, mas restou indagações em torno da prática do seu empreendimento analítico. Não obstante, a defesa dele em prol da psicanálise coloca obstáculos para as críticas referentes ao seu estatuto científico, uma vez que exige uma abordagem mais contextualizada, considerando as nuances implícitas do caráter epistemológico da teoria psicanalítica. “É até possível que ela venha a deixar de existir, um dia. Mas seu desaparecimento ou morte será por velhice, de morte natural, não pelo assassinato da refutabilidade epistemológica” (Japiassu, H, 1989, p. 9), se ela for eliminada pela refutabilidade epistemológica, as ciências naturais podem ser o próximo alvo, dada a similaridade epistêmica entre elas. Logo, antes de deslegitimar o estatuto científico de qualquer teoria, é importante considerar o papel da epistemologia no debate da caracterização da ciência.

As considerações a respeito da demarcação no âmbito da filosofia da ciência evidenciam a complexidade em torno da classificação da própria ciência, apesar do foco de algumas definições se associarem apenas à pseudociência. Além disso, os caminhos teóricos de diversas áreas do saber não estão isentos da desqualificação do conhecimento oriundo delas, e, por isso, inteirar-se de conceitos e definições utilizados para interrogar os seus fundamentos amplia a compreensão do conhecimento para além da distinção dicotômica da demarcação.

Portanto, faz-se essencial entender as raízes do que está sendo discutido sob o uso de termos como ciência e pseudociência em referência a fenômenos que não se encontram divididos entre pólos supostamente opostos, mas que habitam um meio menos creditado pragmaticamente, como no caso da psicanálise. Em outras palavras, existem camadas mais profundas em uma simples denominação científica, as quais podem ser aludidas ao considerar a teoria do conhecimento implicada. Assim, o carimbo do estatuto científico ou pseudocientífico na psicanálise não será encontrado aqui, e o objetivo do presente trabalho apenas tangencia uma possível resposta, a saber a complexidade teórica dessa discussão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. Ensaio como forma. In: Notas de literatura I / Theodor W. Adorno. Tradução: Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 24, 2003.

BARRUCHO, L. Psicanálise é pseudociência? A polêmica que divide opiniões há um século. BBC News Brasil. Londres, 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c90vjnlv97do>.

BACHELARD, G. A Formação do Espírito Científico: uma contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contratempo, 2005.

BOGHOSSIAN, P. Medo do Conhecimento: contra o relativismo e o construtivismo. São Paulo: Senac, 2012.

CARVALHO, R. R. O Problema da demarcação em Popper, Kuhn e Laudan. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). São Paulo, p. 66. 2017.

FERREIRA, C. M. C. Será a psicanálise uma pseudociência? Reavaliando a doutrina utilizando uma lista de multicritérios. Debates em Psiquiatria. Rio de Janeiro, v. 11, 2021.

FREUD, S. As resistências à psicanálise. In: O EGO E O ID e OUTROS TRABALHOS / Sigmund Freud. Tradução: José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1976, p. 265-275.

FREUD, S. A questão de uma weltanschauung. In: Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos / Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 106-122.

FREUD, S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: HISTÓRIA DE UMA NEUROSE INFANTIL ("O HOMEM DOS LOBOS"), ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER E OUTROS TEXTOS / Sigmund Freud. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 179-187.

FREUD, S. Por que a guerra? In: Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos / Sigmund Freud. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. 1. ed. (Obras incompletas de Sigmund Freud / coordenação Gilson Iannini, Pedro Heliodoro Tavares).

HANSSON, S. O. *Definindo pseudociência e ciência*. In: *Philosophy of Pseudoscience: Reconsidering the Demarcation Problem*, org. M. Pigliucci & M. Boudry (The University of Chicago Press, 2013), pp. 61–78. Revisão da tradução de Luiz Helvécio Marques Segundo. Disponível em: <https://criticanarede.com/pseudociencia.html>.

JORGE, H. T. A Crítica de Grünbaum à Psicanálise: um panorama. ELEUTHERÍA – Revista do Curso de Filosofia, v. 6, Número Especial, Ano 2021.

JAPIASSU, H. Psicanálise: ciência ou “contraciência”? Rio de Janeiro: Imago Ed, 1989.

KUHN, T. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paula: Editora Perspectiva, 2006.

MARCONDES, D. Textos básicos de filosofia e história das ciências. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LEONARDI, J. et al. Ciência, Análise do Comportamento, e a Prática Baseada em Evidências em Psicologia. Perspectivas em Análise do Comportamento. São Paulo, vol. 14, n. 1 p. 97-119, março de 2023.

OLIVA, A. Filosofia da Ciência. Coleção Passo-a-Passo, n. 31. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

OLIVA, A. Teoria do Conhecimento. Coleção Passo-a-Passo, n. 91. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PASTERNAK, N; ORSI, C. Que Bobagem: pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério. São Paulo: Contexto, 2023.

POPPER, K. A Lógica da Pesquisa Científica. São Paulo: Cultrix, 2013.

POPPER, K. Conjecturas e Refutações. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

RUDGE, A, M. Pressupostos da “nova” crítica à psicanálise: o revisionismo freudiano e a epistemologia da psicanálise. Temas em Psicologia da SBP. v. 09, n. 03, p. 179-186, 2001.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, n. 2, 2007.

ROUDINESCO, E. Por que a Psicanálise? Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

SIMANKE, R. T. A psicanálise freudiana e a dualidade entre ciências naturais e ciências humanas. Scientiæ Studia, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 221-35, 2009.

VYSE, S. Nos Estados Unidos, a Psicanálise foi abandonada pelos psicólogos. Questão de ciência, 2020. Disponível em:

<https://www.revistaquestaoeciencia.com.br/artigo/2020/07/14/nos-estados-unidos-psicanalise-ainda-e-uma-pseudociencia>.